



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CÚPULAS (GRIC)
Primeira Reunião Ordinária de 2022
3 e 4 de fevereiro de 2022
Virtual

OEA/Ser.E
GRIC/O.1/doc.69/22
25 janeiro 2022
Original: inglês

Projeto de compromisso político para a Nona Cúpula das Américas Acelerando a transição para energia limpa

Nós, os Chefes de Estado e de Governo das Américas, nos comprometemos a:

1. Incorporar a conservação de energia, as metas de emissão líquida zero, e a resiliência climática em novos planos de infraestrutura pública.
2. Avançar na implementação do Compromisso Global sobre Metano, inclusive por meio do desenvolvimento de planos de ação para a mitigação da emissão de metano que sejam robustos, transparentes e mensuráveis em nível nacional.
3. Interromper o financiamento público a novos projetos de geração de energia a carvão que não tenham suas emissões compensadas, até o fim de 2022.
4. Implementar metas ambiciosas de redução de emissões para 2030, e desenvolver guias em nível nacional para acelerar a substituição de carvão e de combustíveis fósseis ineficientes por tecnologias de energia limpa, com base em um cronograma consistente com um caminho orientado ao objetivo de limitar o aquecimento a 1,5 grau Celsius.
5. Compartilhar as melhores práticas em matéria de infraestrutura de transporte e projetos urbanos inclusivos, e equitativos do ponto de vista de eficiência energética, que levem em conta as necessidades das populações desfavorecidas, incluindo pessoas com deficiências, mulheres e meninas, membros de minorias raciais e étnicas, bem como outras comunidades marginalizadas que arcam de maneira desproporcional com o ônus da crise climática.
6. Apoiar e promover a iniciativa de Energia Renovável na América Latina e no Caribe (RELAC) e seus objetivos, incluindo o aumento significativo do número de membros da América Latina e do Caribe até a COP-28 em 2023.
7. Promover princípios de governança para o setor de mineração que sejam sólidos, particularmente em relação a minerais e metais que impulsionam a transição energética e que, portanto, passam por um crescimento rápido.
8. Trabalhar juntamente com o setor privado a fim de identificar e superar os fatores que afetam o comércio de bens e serviços de energia limpa, incluindo, entre outros, regulamentos, tarifas, financiamento, *due diligence* em matéria de direitos humanos, e atrasos alfandegários. Solicitar

que os governos informem sobre as parcerias público-privadas referentes a esse tema, com o objetivo de identificar os cinco principais fatores relevantes e determinar que os correspondentes ministérios desenvolvam um plano para abordá-los até 2023.

9. Alocar fundos de recuperação da covid-19 em investimentos verdes a fim de atender comunidades carentes, incluindo mulheres e meninas, em toda sua diversidade, bem como outras comunidades marginalizadas que arcam de maneira desproporcional com o ônus da covid-19 e da crise climática.
10. Trabalhar com o setor privado e com bancos de desenvolvimento multilaterais a fim de identificar e financiar projetos de infraestrutura de energia limpa de qualidade que estejam em consonância com as melhores práticas internacionais em matéria de normas e aquisições ambientais e de direitos humanos e que atendam comunidades carentes.
11. Estabelecer e implementar objetivos para a expansão da energia renovável *offshore*, conforme apropriado, até 2023.